ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Sábado, 14 de novembro de 2026

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vitório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado Charles Santos – Republicanos

SUMÁRIO

1 – LEIS
2 – ATAS
2.1 – 37ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear a Santa Casa de Montes Claros
2.2 – Comissões
3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
3.1 – Comissão
4 – PARECERES
5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
6 – ERRATAS

LEIS

LEI Nº 26.065, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Cultural de Artes e Ofícios de Brasília de Minas – Artebram –, com sede no Município de Brasília de Minas.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Cultural de Artes e Ofícios de Brasília de Minas – Artebram –, com sede no Município de Brasília de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 13 de novembro de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputada Leninha – Presidente em exercício

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 37ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/11/2026

Presidência da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Entrega de Placa – Palavras do Revmo. D. José Carlos de Souza Campos – Palavras da Presidenta – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem a deputada e o deputado:

Leninha – Ricardo Campos.

Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 19h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– A presidenta, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear a Santa Casa de Montes Claros.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Revmo. D. José Carlos de Souza Campos, arcebispo metropolitano de Montes Claros; deputado federal Paulo Guedes, representando a Câmara dos Deputados; Otávio Batista Rocha Machado, vice-prefeito municipal de Montes Claros; e José Gilson Veloso Caldeira, provedor da Santa Casa de Montes Claros.

Registro de Presença

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar as presenças do desembargador Leopoldo Mameluque; pela Santa Casa de Montes Claros: de Armênio Veloso Neto, 1º vice-provedor, de Marcus Murilo Maciel, 2º vice-provedor, de Maurício Sérgio Sousa e Silva, superintendente, de Alessandra Neves Ferreira, diretora assistencial, de Erysvane Soares da Silva, diretora assistencial, de Carlos José Almeida Lima, diretor de Custos e Finanças, de Alex Fabiano Rocha, diretor administrativo e de Recursos Humanos, e de Leandro Sarmento Moreira, diretor de Negócios e Marketing; e do presidente da Rede Mário Penna, Marco Antônio Viana Leite.

Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente e aos que a acompanham pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

A locutora – Assistiremos agora a um vídeo sobre a Santa Casa de Montes Claros.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

A locutora – A presidente em exercício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputada Leninha, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à Santa Casa de Montes Claros. A placa contém os seguintes dizeres: "Uma história marcada por acolhimento aos mais necessitados, atendimento médico humanizado e busca permanente de resolutividade assistencial. Assim é a trajetória da Santa Casa de Montes Claros, a primeira do Brasil a receber o selo ONA Nível III, mais alto grau de certificação em excelência dado a instituições de saúde no País. Acompanhando a evolução da medicina e as transformações do Norte de Minas, a entidade filantrópica passou por um intenso processo de expansão e modernização, tornando-se um complexo hospitalar com grande abrangência regional e forte atuação pelo Sistema Único de Saúde. Em consonância com o propósito de cuidar das pessoas e de formar profissionais para o presente e o futuro, a instituição avança na implantação de sua faculdade. Por ocasião dos 155 anos de sua fundação, a Santa Casa de Montes Claros recebe justa homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.".

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Revmo. D. José Carlos de Souza Campos

Uma boa noite a todos. Nesta noite, nesta reunião solene, uma saudação particular à Exma Sra. presidente em exercício da Assembleia, deputada Leninha; ao Exmo. Sr. Paulo Guedes, deputado federal, representando a Câmara dos Deputados; ao Exmo. Sr. Otávio Batista Rocha Machado, vice-prefeito de Montes Claros; ao Sr. José Gilson Veloso Caldeira, provedor da Santa Casa de Montes Claros. Saudação aos irmãos vindos de Montes Claros e aos demais presentes.

Em primeiro lugar, em nome da nossa Santa Casa e da nossa cidade de Montes Claros, quero expressar a nossa imensa gratidão por esta honrosa homenagem. Aqui não se trata de pensar pessoas, mas de pensar uma instituição, que já está num caminho de 155 anos. Pensar esse número não é pensar simplesmente uma sucessão de anos, de dias e meses, mas é pensar exatamente uma história de pessoas, de decisões, de processos, de erros e acertos. Tudo isso nos trouxe a 155 anos de história, de amor à vida e à saúde, de cuidado amoroso às pessoas que chegaram à nossa Santa Casa de Montes Claros. Então, certamente, o que estamos fazendo aqui – e só Deus sabe alcançar a todos que fizeram parte dessa história – é reconhecer que os números que foram apresentados nesse vídeo – números grandes, cifras grandes – expressam, sem dúvida alguma, uma grande e bela comunidade de homens e mulheres que querem vida e saúde para a nossa gente, num universo de 2 milhões de pessoas, que é o universo que a Santa Casa hoje atende, acolhe, oferecendo o melhor que ela tem.

Queremos exatamente reconhecer que, se chegamos a 155 anos de missão, é porque acertamos nos amigos, acertamos nos parceiros, acertamos nas decisões. Então, queremos agradecer a todos que fizeram parte desse caminho. Agradeço àqueles que, oriundos da vida pública, colocaram ali recursos importantes, sem os quais a nossa Santa Casa, uma instituição filantrópica, não poderia ter seguido adiante e alcançado esta idade e esse percurso histórico; e àqueles que passaram ali como superintendentes. Na pessoa do Maurício Sérgio, nossa imensa gratidão a todos que, assim como ele e antes dele, fizeram também um belo trabalho naquela casa. Agradeço a todos aqueles que, da irmandade, ocuparam funções e cargos que ajudaram a acertar nas decisões. É preciso reconhecer que uma história de 155 anos é resultado de muitas vidas, muitas pessoas, muitos amantes da saúde, muitos amantes da vida. Uma comunidade hoje – digamos – hospitalar, que alcança os seus 2.500 colaboradores dentro daquela instituição, mais de 500 médicos, recursos e tecnologias de alta complexidade é, sem dúvida alguma, algo que nós temos que reconhecer como um grande dom, um grande presente ao norte-mineiro.

Quero terminar a minha fala com uma frase de Maurício, até para homenageá-lo e agradecê-lo também nesta noite. Sem dúvida alguma, estamos vivendo tempos muito promissores, fecundos, lá na nossa Santa Casa, em Montes Claros. Certamente isso não é simplesmente decisão dele, mas há uma mente, há um coração, há um amante daquela casa, que é o nosso Maurício Sérgio. Uma frase dele, de que eu gosto, que já ouvi e que também li para preparar esta pequena fala é: (– Lê:) "O passado nos trouxe até aqui". E temos um grande reconhecimento pelo passado. Se nós somos hoje gigantes, é porque estamos assentados nos ombros de

outros que vieram antes de nós. Essa é uma frase de um filósofo, Hegel, que faço questão de citar. Se alcançamos esse patamar, é porque de fato estamos assentados sobre ombros que nos fizeram enxergar mais longe e tomar decisões acertadas. O passado nos trouxe até aqui. Reconhecemos isso. Nós não nascemos ontem. A Santa Casa não nasceu ontem, é resultado de um longo período de vida e de história.

(– Lê:) "O presente nos desafia." Se há uma coisa que pessoalmente gosto de ver no Maurício é essa bela sensação de que precisamos – nós com ele e ele conosco – resolver as questões, precisamos crescer, precisamos ir adiante, não podemos parar, podemos mais e, se podemos mais, por que parar? Então o presente nos desafia. Fico feliz de perceber isso nele, porque é esse presente que nos desafia que nos faz ir mais adiante, com ousadia, com coragem e com determinação.

E (– Lê:) "O futuro já começou a ser construído". De fato, essa também é uma verdade que toca a nossa história. Estando lá há pouco mais de três anos e meio, percebo que nós temos ali, na cidade, uma casa de saúde de fato invejável, que não se encontra em qualquer lugar, não só com a qualidade do serviço, da acolhida, do profissionalismo, mas também com a tecnologia que está ali colocada a serviço da vida. Há pouco tempo, abençoamos uma sessão de robótica – e isso me deixa muito feliz –, que teve como seus primeiros usuários irmãos e irmãs do sistema SUS. Isso é um mérito grande que temos. Tecnologia. Agora avançamos para algo que, para nós, é primoroso: a educação. Uma faculdade de medicina que vai criar uma interação bonita e fecunda com a Santa Casa, onde professores e profissionais de saúde, interagindo nas duas instituições, certamente haverão de dar qualidade e primor ainda maiores àquela casa.

Obrigado a todos. Obrigado, Leninha, por esta homenagem que Tadeu Leite quis nos prestar, ele que hoje é representado aqui por você. Obrigado a esta Casa pelas atenções que sempre demonstrou a nós. Obrigado aos agentes públicos que estão aqui, que sempre mantiveram boa relação conosco e colocaram recursos importantes. É assim que quero convidá-los a continuar fazendo história. Oxalá esses 155 anos se tornem outras tantas centenas de anos que nós haveremos de acompanhar, se Deus quiser, do céu. Obrigado a todos por estarem aqui nesta noite.

A presidenta – Concedo a palavra, por alguns instantes, ao deputado federal Paulo Guedes. Por favor, deputado.

Palavras do Deputado Federal Paulo Guedes

Boa noite a todos e a todas. Que saudade eu estava deste espaço, Leninha! Foram 12 anos aqui.

Primeiro, eu quero saudar a nossa presidenta, nossa deputada Leninha, norte-mineira. Para nós é uma alegria vê-la aqui, presidindo esta Casa Legislativa, uma das mais importantes do nosso país. Quero saudar D. José Carlos e parabenizá-lo por todo o trabalho e também por essa fala linda aqui hoje. Quero cumprimentar o Otávio, nosso vice-prefeito da cidade de Montes Claros; o nosso provedor Gilson Caldeira; o deputado estadual Ricardo Campos; o amigo Maurício, nosso superintendente – daqui a pouco vamos falar um pouquinho do seu trabalho; o Dr. Leopoldo, nosso conterrâneo, desembargador de brilhante trabalho; o Marco Antônio, nosso superintendente do Hospital Mário Penna; enfim, todas as demais autoridades aqui presentes.

Fico muito feliz em poder participar hoje desta homenagem. Feliz com a fala de D. José. Quando a gente vê três frases juntas – fé, ciência, tecnologia –, isso é muito importante. Eu gravei isso da sua fala. E queria dizer que me sinto muito feliz em poder participar e ajudar esta instituição, que é uma referência para toda a nossa região, para o nosso estado e para o nosso país. A Santa Casa não é só de Montes Claros; é do Norte de Minas, é do Vale do Jequitinhonha, é do Mucuri, é do Noroeste, é do sul da Bahia. É uma instituição que atende mais de duzentos municípios, com toda a excelência já colocada aqui, no vídeo e na fala do D. José. Eu sou hoje um dos colaboradores. É uma obrigação de quem representa a nossa região fazer a defesa da Santa Casa.

Eu quero, D. José, parabenizar toda a equipe da Santa Casa, na pessoa do Maurício, que exerce um brilhante trabalho. Eu me lembro de que, no final das eleições de 2024, fui procurado por um amigo que é conselheiro da Santa Casa, o Lyntton, da Minas-Brasil. Ele falou: "Paulo, nós precisamos reconduzir o Maurício. Queremos o seu apoio". Eu falei: "Tem todo o meu apoio". As pessoas achavam que, pelo fato de ter disputado comigo – ele do PL e eu do PT –, ele não teria o nosso apoio. E eu falei: "Lyntton,

saúde não tem partido, e competência não tem preço. Fale para o D. José Carlos que o Maurício terá não só o nosso apoio, mas o meu trabalho e toda a nossa dedicação em Brasília, para que tudo se volte ao trabalho que ele sempre exerceu lá, de excelência, e que possamos continuar salvando vidas em toda a nossa região".

De lá para cá, essa parceria aumentou. Conseguimos viabilizar recursos importantes para a Santa Casa. Esta semana, tivemos a visita do ministro da Educação. E ainda este ano, se Deus quiser, nós vamos voltar a Montes Claros para anunciar a Faculdade de Medicina da Santa Casa de Montes Claros. E reafirmar todo esse trabalho e agradecer também ao nosso presidente Lula, ao nosso ministro da Saúde e a toda essa equipe que tem nos recebido. Acho que o Maurício já... Já visitamos o Ministério da Saúde, nos últimos quatro anos, mais de sessenta vezes, sempre levando pleitos importantes. Graças a Deus, muitos deles já atendidos e muitos prontos para serem atendidos. Isso é prova de que há uma equipe boa, que faz bons projetos e que mostra bons resultados.

Então, nesses 155 anos da Santa Casa, eu acho que essa equipe toda que está aqui hoje tem muito a comemorar. Parabéns a todos.

Palavras da Presidenta

Boa noite. Saúdo também aqueles que acompanham pelas redes sociais esta sessão solene de homenagem à Santa Casa. Faço uma saudação em nome do nosso presidente, Tadeu, que interinamente está governador, mas que também está em um momento pessoal e não pôde vir presidir esta reunião. Ele me ligou para confirmá-la, e eu, claro, fiquei muito feliz, extremamente feliz, porque se trata da minha cidade, do hospital da minha cidade. Mesmo que eu não estivesse presidindo, com certeza – não é, deputado Ricardo Campos? –, eu estaria aqui para participar desta homenagem, que é tão importante.

Saúdo, de maneira especial, o meu arcebispo metropolitano, D. José Carlos, amigo e parceiro de muitas lutas, de combate à injustiça social, de trabalho humanitário na cidade e também deste trabalho tão importante com a saúde da nossa cidade. Saúdo o deputado federal Paulo Guedes, também grande parceiro nos trabalhos pelo Norte de Minas afora, por Minas Gerais, e o meu amigo deputado Ricardo Campos, com quem compartilho, aqui no Parlamento, muitas lutas e sonhos. Enfim, a gente trava bons debates aqui na Casa. Quero saudar, de maneira especial, o vice-prefeito Otávio Batista, aqui representando o prefeito Guilherme; o nosso provedor, Gilson Caldeira; o Maurício e, na pessoa dele dele, toda a diretoria da Santa Casa. O Maurício, brilhantemente, vem fazendo um trabalho de gestão muito importante para a cidade. Quero saudar o Marco Antônio, do Hospital Mário Penna, que em breve vai inaugurar uma nova unidade aqui em Belo Horizonte; o meu amigo desembargador Dr. Leopoldo, do Tribunal de Justiça; e, enfim, todos vocês que aqui estão.

Esta é uma noite de alegria, de festejar uma história marcada, que se confunde com a história da nossa cidade. Montes Claros tem mais de 160 anos; a Santa Casa faz 150 anos. Se você perguntar para qualquer pessoa da nossa cidade, se ela for acometida por alguma doença, algum acidente ou incidente, essa pessoa vai dizer: "Não, eu quero ser levado para a Santa Casa". Ou seja, há um sentimento de pertencimento em relação a esse hospital na cidade de Montes Claros. Eu estive, D. José, por mais de dez anos, fazendo parte da irmandade, em nome da Arquidiocese de Montes Claros. Só saí quando me tornei deputada. A minha presença nesse lugar, mais do que de usuária, é para pensar de fato no bem-estar da nossa cidade e da nossa população.

Otávio, a melhor coisa, além de termos uma cidade segura, seria termos uma cidade que – vamos dizer assim – tivesse menos óbitos, mais longevidade. Uma cidade que cuida de gente, para mim, passa principalmente pela questão do cuidado com a saúde. Eu lamento profundamente a política pública que, às vezes, nos obriga a colocar emenda para comprar ambulância, equipamento, remédio; é bom, mas, um dia, quero chegar a um programa amplo de prevenção de doenças. Isso porque as emendas, às vezes, são para cuidar de doenças, e eu quero emendas públicas para cuidar da saúde, de fato, para as pessoas não precisarem ser submetidas a tantos procedimentos – às vezes simples –, sendo que uma boa orientação sobre segurança alimentar e prática de esporte poderia fazer com que elas vivessem mais e melhor.

Tenho orgulho dessa história, porque também fiz parte dela. Eu me considero parte dela, mesmo não estando na irmandade. Esse hospital também mora no meu coração e, é claro, nas lutas políticas que a gente precisa travar por ele. Então hoje é um dia de nós reconhecermos, de o povo mineiro reconhecer, de esta Casa reconhecer essa instituição tão importante para a nossa cidade, para a nossa gente. É claro que a gente quer saudar, inclusive, as pessoas que limpam o chão desse hospital, assim como as pessoas que fazem comida – desde o médico que, com toda a tecnologia, com os mecanismos próprios, consegue adentrar no corpo humano para salvar vidas. Essa é uma gestão que, com certeza, conta com todas aquelas pessoas para fazer a máquina girar e funcionar.

Quando o Tadeu propôs esta homenagem – e é claro que a gente acompanha as homenagens da Casa –, eu, de fato, no fundo do meu coração, achei que foi uma belíssima proposição. Infelizmente, ele não está presente, mas quero deixar o seu abraço, mais uma vez, sua saudação para a Santa Casa. O Parlamento mineiro continua de portas abertas para debater, tratar boas leis para facilitar a gestão hospitalar, para que a gente possa, cada vez mais, trabalhar com recursos públicos para melhorar não só a tecnologia, mas, principalmente, o processo de humanização. Quando a pessoa é acometida por alguma doença, com certeza o acolhimento dado a ela, em sua chegada ao hospital, é muito importante. Isso já é remédio. Isso já é uma medicação importante para as pessoas que chegam ao hospital. Eu sei que há uma luta muito grande, inclusive, para não deixar ninguém do lado de fora. Mesmo que fiquem na sala vermelha, as pessoas são colocadas para dentro. Às vezes, as pessoas não entendem quando vão à sala vermelha e veem aquela situação que, às vezes, parece de guerra, não é? Mas a gente sabe que a guerra travada ali é para salvar as vidas e para não deixar ninguém ir embora. Fiquei muito feliz, quando estive lá, ao ver o carinho e a atenção tanto para com os pacientes do SUS quanto para com os dos programas, dos planos de saúde.

Daqui do Parlamento, olhando o que tem sido feito lá, tenho orgulho de estar presidindo esta reunião. E também tenho uma felicidade muito grande de olhar para cada pessoa que aqui está, que faz parte da instituição. Cada um sabe da missão que tem que cumprir no hospital, que é a de salvar vidas. Cada um sabe da missão dada por Deus e cada um sabe da sua capacidade e competência. Eu sei que cada um faz o melhor. Às vezes, as coisas não saem do jeito que a gente programou, do jeito que a gente pensou. Mas dormimos com a consciência tranquila de que fizemos o melhor para salvar vidas e para melhorar a condição das pessoas da nossa cidade e da nossa região. À porta da Santa Casa, a gente vê ambulância do Sul da Bahia, de todo o Norte de Minas. É isto que a gente quer: sem fronteiras, sem barreiras, cuidar de vidas, independentemente de questões ideológicas, religiosas, independentemente de qualquer situação.

Em nome da Assembleia, do Parlamento mineiro, encerro esta noite e esta reunião desejando longevidade. Desejo que a Santa Casa tenha muito sucesso e que a gente possa, cada vez mais, com ousadia e coragem, conquistar, como agora está em pauta, a Faculdade de Medicina, que vai, com certeza, ajudar não só a nossa região, mas todo o Estado de Minas Gerais. A gente olha a atuação da Santa Casa para além da nossa região, mesmo. A gente reitera sempre esses votos de crescimento para a Santa Casa, que tanto contribui para o nosso povo. Muito obrigada e boa noite.

Após o encerramento oficial da Casa, D. José vai descer, junto com a Mesa, primeiramente, para fazer as fotos com a placa. Depois, vamos fazendo por etapas: a provedoria, a diretoria etc. Está bem? A gente encerra e, depois, só se organiza para registrar as presenças, junto com a homenagem, nesta noite.

Encerramento

A presidenta – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 17, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 27/10/2026

Às 15h10min, comparecem à reunião os deputados Oscar Teixeira, Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Oscar Teixeira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença do deputado Roberto Andrade, membro da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Comissão de Direitos Humanos encaminhando proposta decorrente do Fórum Técnico Minas sem Miséria para que seja incluído no parecer desta comissão sobre o Projeto de Lei nº 2.114/2020 dispositivo que garanta aos trabalhadores de aplicativos de entrega, nos pontos de apoio, espaços para formação e inclusão cidadã, capacitação e qualificação profissional e manutenção dos equipamentos. A presidência determina a anexação do referido ofício ao Projeto de Lei nº 2.114/2020. Comunica, ainda, o recebimento de ofícios da Companhia de Saneamento de Minas Gerais em que presta informações relativas ao Requerimento nº 17.492/2026 (um ofício em 3/6/2026) e da Agência Nacional de Energia Elétrica em que presta informações relativas ao Requerimento nº 16.718/2026 (um ofício em 19/6/2026). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.393/2024, em turno único, do qual foi designado como relator o deputado Leonídio Bouças. Registra-se a saída do deputado Roberto Andrade. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.474/2025 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Antonio Carlos Arantes); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.085/2023 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição de Justiça (relator: deputado Dalmo Ribeiro, em função de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.393/2024 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Leonídio Bouças), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 18.008, 18.297, 18.570, 18.580, 18.643, 19.172, 19.304 e 19.305/2026. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.003/2023 e 2.896/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 22.086/2026, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa Bio Extratus Cosmétic Natural Ltda. pelos 35 anos de sua fundação;

nº 22.293/2026, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os critérios, valores, contratos e condições praticados pela companhia para o compartilhamento dos postes de energia elétrica em sua área de concessão com empresas de telecomunicações, internet, telefonia e TV a cabo;

nº 22.471/2026, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos econômicos, sociais e produtivos decorrentes da implantação de novas culturas agrícolas na região do Baixo Mucuri;

nº 22.614/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o potencial do Estado na exploração sustentável, no beneficiamento, na industrialização e na inserção estratégica das cadeias produtivas de terras-raras e minerais críticos, bem como discutir políticas públicas voltadas à agregação de valor, à inovação tecnológica, à atração de investimentos e à geração de emprego e renda em Minas Gerais;

nº 22.793/2026, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais pedido de providências para readequação da distribuição de demanda das vistorias veiculares realizadas no Município de Belo Horizonte, com vistas ao equilíbrio econômico das empresas regularmente constituídas para a prestação desse serviço, nos termos da Portaria Detran-MG nº 891, de 2026;

nº 22.801/2026, do deputado Dalmo Ribeiro, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Itakar pelos 40 anos de sua fundação;

nº 22.830/2026, do deputado Rafael Martins, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para inclusão do ensino sobre a importância dos seguros na programação curricular referente a educação financeira;

nº 22.831/2026, do deputado Rafael Martins, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a participação da secretaria de que é titular na operacionalização e na fiscalização do cumprimento dos dispositivos da Lei Federal nº 14.599, de 2023, referentes à contratação de seguro por parte de transportadores e prestadores do serviço de transporte rodoviário de cargas;

nº 22.856/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o restaurante Venda do Chico, na pessoa de seus idealizadores, Francisco Carlos e Ana Cláudia Reis, pelos 30 anos de sua fundação;

nº 22.979/2026, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para criar programa de regularização fiscal com condições facilitadas para a quitação de débitos tributários por empresas em dificuldades financeiras, por meio das medidas que menciona;

nº 23.424/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater, em 24/11/2026, o Projeto de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional da Fundação Ezequiel Dias, os estudos jurídico, econômico-financeiro e de mercado elaborados no âmbito do projeto, bem como as propostas de reestruturação institucional e o modelo de gestão proposto para a fundação;

nº 23.498/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do MotoClimb para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e para entregar os diplomas referentes aos votos de congratulações com os pilotos de Nova Resende, no Sul de Minas, pela histórica participação no Andler-Schönberg Hill Climbing 2026, realizado na Bélgica;

nº 23.668/2026, do deputado Dalmo Ribeiro, em que requer seja realizada audiência pública para debater os avanços, os desafios e as perspectivas futuras da Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2026.

Roberto Andrade, presidente – João Magalhães – Tito Torres.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/11/2026

Às 10h44min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Doorgal Andrada, Zé Laviola, Doutor Jean Freire e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Zé Guilherme. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: três ofícios, publicados no *Diário do Legislativo* em

30/10/2026, da Secretaria de Estado de Governo encaminhando documentação alusiva aos processos discriminatórios administrativos referentes à identificação e à regularização de terras devolutas estaduais instaurados nos anos de 2019, 2021 e 2022. A presidência determina o arquivamento da proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 6.209/2026 de autoria do deputado Ricardo Campos, por perda de objeto, nos termos do art. 180, IV, do Regimento Interno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a saída do deputado Lucas Lasmar. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 84/2019, 5.710, 5.788/2026 na forma dos respectivos Substitutivos nº 1, 790/2023 e 5.799/2026 com as respectivas Emendas nº 1; 5.839, 5.883, 5.884 e 5.890/2026 (relator: deputado Zé Laviola); 2.412/2024, 4.816/2025 e 5.818/2026 na forma dos respectivos Substitutivos nº 1, 5.847/2026 com a Emenda nº 1 e 5.706/2026 (relatora: deputada Maria Clara Marra); e 3.591/2025, 5.823, 5.911 e 5.913 e 5.901/2026, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Doutor Jean Freire), todos no 1º turno. O Projeto de Lei nº 5.849/2026 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Na fase de discussão dos pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 5.734/2026 (relator: deputado Zé Laviola) e 5.877/2026 (relatora: deputada Maria Clara Marra) na forma dos respectivos Substitutivos nº 1; e do Projeto de Lei Complementar nº 118/2026 (relator: deputado Doorgal Andrada), todos no 1º turno. O presidente defere pedidos de vista do deputado Doutor Jean Freire. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, o Projeto de Lei Complementar nº 6/2019 à Secretaria de Planejamento e Gestão e os Projetos de Lei nºs 3.400/2025 à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de Resplendor; 3.401/2025 à Secretaria de Estado de Governo e ao autor; 5.863/2026 à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés; 5.946 e 6.032/2026, ambos à Secretaria de Estado de Governo; e 5.960/2026 à Secretaria de Estado de Governo e ao autor, todos no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 4.049/2022, 4.495 e 4.535/2025, 5.438, 5.777 e 5.679/2026, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Zé Laviola); 3.945, 4.381 e 4.676/2025, 5.747, 5.518 e 5.707/2026, sendo os dois últimos na forma dos respectivos Substitutivos nº 1 (relatora: deputada Maria Clara Marra); e 4.695 e 4.856/2025, 5.400 e 5.763/2026, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Doutor Jean Freire), todos em turno único. O Projeto de Lei nº 5.973/2026 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 2.204/2024 às Secretarias de Estado de Governo e de Educação e ao autor; 2.590/2024 às Secretarias de Estado de Governo e de Educação; 4.204/2025, 5.132, 5.145, 5.576, 5.606, 5.644, 5.771, 5.776, 5.828, 5.834 e 5.861/2026 aos respectivos autores; e 5.770/2026 ao autor e à Secretaria de Estado de Governo, todos em turno único. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 23.214/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizado debate público sobre a regulamentação e a forma de fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros realizado por táxis;

nº 23.215/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da comissão ao juízo perante o qual tramita o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 1.0000.25.448326-6/001, do Tribunal de Justiça, e à presidência desse tribunal, para que essas notas taquigráficas sejam juntadas aos autos do referido processo;

nº 23.216/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com Antônio Wilson Conceição Almeida por seu trabalho em defesa do exercício da função de taxista no Estado;

nº 23.217/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com Nilson Antônio Lourenço da Fonseca por seu trabalho como advogado em defesa do exercício da função de taxista no transporte intermunicipal de passageiros no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2026.

Zé Laviola, presidente – Doutor Jean Freire – Dalmo Ribeiro – Sargento Rodrigues.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/11/2026

Às 10h12min, comparecem à reunião os deputados Betão, Leleco Pimentel e Lucas Lasmar (substituindo o deputado Celinho Sintrocel, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes, e suspende os trabalhos. Às 10h14min, os trabalhos são reabertos com a presença da deputada Bella Gonçalves (substituindo o deputado Celinho Sintrocel, por indicação da liderança do BDL) e dos deputados Betão e Leleco Pimentel. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 3/7/2026, dois ofícios em 11/9/2026 e um ofício em 16/9/2026); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 9/7/2026 e um ofício em 24/7/2026); da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (um ofício em 9/7/2026); do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (um ofício em 9/7/2026); da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 5/8/2026, um ofício em 18/9/2026 e um ofício em 27/8/2026); da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (dois ofícios em 24/7/2026 e um ofício em 20/8/2026); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 24/7/2026); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (dois ofícios em 24/7/2026); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (dois ofícios em 24/7/2026, um ofício em 19/8/2026 e um ofício em 23/9/2026); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 30/7/2026); do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (um ofício em 30/7/2026); do Ministério do Planejamento e Orçamento (um ofício em 24/7/2026); da Controladoria-Geral do Estado (dois ofícios em 5/8/2026); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (um ofício em 5/8/2026); do Ministério Público de Minas Gerais (um ofício em 5/8/2026 e um ofício em 16/9/2026); do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (um ofício em 20/8/2026 e um ofício em 4/9/2026); do Ministério da Previdência Social (um ofício em 12/8/2026); do Ministério do Trabalho e Emprego (um ofício em 2/9/2026); do Ministério das Cidades (um ofício em 2/10/2026); do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (um ofício em 2/10/2026); e do Conselho Estadual de Assistência Social em que solicita recomposição e ampliação de recursos para a Política de Assistência Social no projeto da Lei Orçamentária Anual relativo ao exercício de 2027 (um ofício em 30/10/2026); e mensagem por correio eletrônico do Lar Nossa Senhora do Perpétuo Socorro agradecendo o voto de congratulações formulado por esta Casa pelos 75 anos de história do referido lar (uma mensagem em 17/7/2026). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: emendas ao Projeto de Lei nº 1.529/2023 e Projetos de Lei nºs 5.080, 5.139, 5.364 e 5.515/2026, no 1º turno, e 4.381, 4.422, 4.695, 4.856/2025, 5.438, 5.633, 5.680 e 5.763/2026, em turno único (Betão); 5.788, no 1º turno, e 5.679 e 5.747/2026, em turno único (Celinho Sintrocel); e 5.913/2026, no 1º turno (Leleco Pimentel). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.062/2025 (relator: deputado Betão) e 5.175/2026 (relator: deputado Leleco Pimentel) na forma dos respectivos

Substitutivos nº 2. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se a retirada do deputado Leleco Pimentel e a presença do deputado Lucas Lasmar (substituindo o deputado Celinho Sintrocel, por indicação da liderança do BDL). Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.461/2024 na forma do Substitutivo nº 1, 4.695/2025 e 5.486/2026 na forma do Substitutivo nº 1 e 5.496/2026 (relator: deputado Betão), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 19.163, 19.404, 19.548 e 19.562/2026. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.410/2018, 3.361, 4.834, 4.846/2025, 5.054, 5.083, 5.465, 5.487, 5.493, 5.542 e 5.719/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 23.046/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a crise humanitária do povo indígena tikmu'un (maxakali);

nº 23.116/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para regularização do fornecimento de fraldas geriátricas aos pacientes internados no Hospital Regional João Penido, em Juiz de Fora; e seja encaminhado aos referidos destinatários pedido de informações sobre o fornecimento de fraldas geriátricas nas unidades da citada fundação, com os esclarecimentos que especifica;

nº 23.117/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para apuração de denúncia de limitação extraoficial do fornecimento de fraldas geriátricas a pacientes internados no Hospital Regional João Penido, em Juiz de Fora, bem como para adoção das medidas necessárias à apuração dos fatos, à responsabilização dos envolvidos e à regularização da assistência prestada aos pacientes;

nº 23.150/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos econômicos e sociais do encerramento das atividades das agências bancárias físicas;

nº 23.349/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para cobrar a nomeação dos candidatos aprovados como excedentes para o cargo de auditor fiscal do trabalho no Concurso Público Nacional Unificado de 2024;

nº 23.514/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado a João César Otoni de Matos, juiz federal responsável pela tramitação do Processo nº 6005158-40.2025.4.06.3819, que versa sobre pedido de aposentadoria de Ana Lucia de Lacerda Chaves, professora, pedido de providências para que seja conferida celeridade à apreciação e ao regular andamento do feito;

nº 23.515/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de providências para a suspensão do reajuste das tarifas do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros e para a reavaliação dos critérios utilizados em sua definição;

nº 23.585/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para avaliar e acompanhar o cumprimento da Lei Federal nº 13.935, de 11/12/2019, no Estado, bem como debater a execução e os impactos do projeto Psicólogos e Assistentes Sociais na Educação na rede municipal de educação de Belo Horizonte;

nº 23.646/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a inserção dos despachantes no sistema de placa de identificação veicular;

nº 23.676/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Viçosa pedido de informações sobre a remuneração prevista no Edital nº 1/2026 para o cargo de técnico em radiologia, consubstanciadas em cópias dos documentos que menciona, com os esclarecimentos que especifica;

nº 23.714/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implementação da Emenda à Constituição da República nº 140, de 16/10/2026, decorrente da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2021, os seus impactos nos municípios do Estado e os desafios relacionados à regularização dos vínculos funcionais dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias;

nº 23.736/2026, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de repúdio aos empresários e comerciantes do Estado que se posicionam contra o resultado do pleito das eleições federais de 2026 mediante práticas de perseguição política, discriminação ideológica e incentivo à demissão de trabalhadores em razão de suas convicções políticas, bem como às campanhas de boicote direcionadas a comerciantes e prestadores de serviços por seu posicionamento político; e seja encaminhado à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais pedido de providências para que orientem seus associados ao estrito cumprimento das legalidades e das garantias constitucionais de liberdade de pensamento e livre expressão;

nº 23.737/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego em Belo Horizonte e ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais pedido de providências para apurar denúncias de discriminação por orientação política, incentivo à demissão de trabalhadores e possíveis práticas de assédio político e eleitoral no Estado, com adoção das medidas que especifica;

nº 23.787/2026, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho pedido de providências para coibição dos atos concretos de ameaçar, perseguir, constranger, agredir, demitir ou contratar trabalhadores ou empresas por causa de suas escolhas políticas, com a devida responsabilização civil ou criminal dos autores de infrações ou delitos motivados por essas escolhas;

nº 23.794/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Secretário de Estado de Saúde o Manifesto da Comissão Minas contra o Câncer;

nº 23.795/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o financiamento federal para a contratação de equipes de cuidados paliativos para as redes de atenção à saúde do Estado;

nº 23.796/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a implementação da política de cuidados paliativos no âmbito do Estado, com a constituição de equipes assistenciais específicas nos pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde, em consonância com as diretrizes nacionais vigentes;

nº 23.797/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer sejam encaminhadas à Secretária de Estado de Saúde as notas taquigráficas da 13ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 23.798/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências para que inclua nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos da área da saúde conteúdos relacionados a cuidados paliativos e fiscalize as instituições de ensino quanto à oferta desses conteúdos;

nº 23.799/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o cuidado paliativo ofertado pela referida fundação, com os esclarecimentos que especifica;

nº 23.810/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho, a carreira e a remuneração dos servidores da Fundação João Pinheiro;

nº 23.815/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita à Fundação de Arte de Ouro Preto, no Município de Ouro Preto, com a finalidade de conhecer suas ações nos campos das artes, da conservação, da restauração e da

preservação do patrimônio cultural, bem como sua capacidade educativa, profissionalizante, executiva e mobilizadora para a promoção da cultura e a transformação social, e de avaliar as condições de trabalho de seus servidores, a estrutura de cargos e carreiras, as instalações físicas e os investimentos despendidos;

nº 23.817/2026, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de José Paulino Neto, pioneiro e ícone da retomada do movimento sindical mineiro após o Golpe Militar de 1964;

nº 23.819/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para preservação, em articulação com a Prefeitura Municipal de Pirapora e as entidades representativas dos trabalhadores, dos postos de trabalho dos empregados da empresa Inonibrás, diante da possibilidade de encerramento de suas atividades industriais no Município de Pirapora; e para abertura de negociação com a direção da empresa e seu grupo controlador, com a participação do sindicato representativo da categoria profissional, visando à preservação dos empregos;

nº 23.820/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego e à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais pedido de providências para o acompanhamento das negociações coletivas, a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e a preservação dos postos de trabalho dos empregados da empresa Inonibrás no Município de Pirapora;

nº 23.821/2026, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fechamento de fábricas metalúrgicas no Estado e seus impactos sociais e econômicos, a situação dos trabalhadores atingidos e a necessidade de medidas emergenciais para a preservação dos empregos e o fortalecimento do setor industrial em Minas Gerais;

nº 23.831/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que disponibilize em seu *site* os documentos relativos à ação de fiscalização realizada em agosto de 2025 no Município de Manhuaçu, bem como os documentos relativos à ação de fiscalização realizada no Município de Divino;

nº 23.832/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com os pesquisadores que menciona da rede de ensino Doctum, de João Monlevade, pela apresentação do estudo "Entre o silêncio e a proteção: uma análise das lacunas legislativas e das demandas de entidades sindicais e de classe no enfrentamento ao assédio moral e sexual nas relações de trabalho em Minas Gerais" e de sugestões de projetos de lei relativos ao tema;

nº 23.834/2026, do deputado Betão, em que requer sejam ouvidos na 13ª Reunião Ordinária da comissão, em 4/11/2026, Aldierio Florêncio Pereira, metalúrgico; Lucas Sidrach, do movimento Vida Além do Trabalho; e Carlos Calazans, superintendente regional do Ministério do Trabalho e Emprego.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, a requerimento do deputado Betão, destina esta fase da reunião para ouvir os Srs. Aldierio Florêncio Pereira, Lucas Sidrach e Carlos Calazans. O Sr. Carlos Calazans entrega ao deputado Betão o *Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão*. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2026.

Betão, presidente – Celinho Sintrocel – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/11/2026

Às 10h27min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Zé Guilherme (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número

regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 23.735/2026, do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para a apuração da conduta do Sd. BM Leandro Andrade da Cruz, lotado no 1º Batalhão de Bombeiros Militar, durante ato público realizado em 27/8/2026, em Belo Horizonte;

nº 23.800/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil e à Superintendência Regional da Polícia Federal pedido de providências para apuração dos fatos noticiados na reportagem que menciona sobre a suposta existência de grupos privados de mensagens destinados à extorsão de profissionais do sexo e de modelos e à prática de retaliações contra denunciantes de agenciadores;

nº 23.801/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que reavalie a possibilidade de inclusão dos militares promovidos à graduação de 3º-Sgt. PM, oriundos do Curso Especial de Formação de Sargentos II/2022, no processo de promoção a 2º-Sgt. PM previsto para 2027;

nº 23.802/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre a situação funcional do Cb. PM Fabrício Vieira Treguas (Número de Polícia 150309-3), lotado no 5º Batalhão de Polícia Militar, especialmente quanto à negativa de concessão de férias-prêmio requeridas em novembro de 2025, considerando o quadro de saúde apresentado pelo militar, e sobre os critérios adotados na negativa de concessão; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para adoção das medidas cabíveis em relação à referida negativa de concessão de férias-prêmio, com o encaminhamento a esta Casa de relatório das medidas adotadas;

nº 23.803/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a análise da situação funcional do investigador de polícia Márcio Greikc Protes Haibib, Masp nº 667.892-4, com a conferência dos registros de avaliação de desempenho e dos critérios de classificação aplicados, com vistas à verificação do cumprimento dos requisitos para promoção à Classe Especial e a consequente regularização da promoção do servidor, caso constatado o preenchimento dos requisitos legais;

nº 23.804/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para análise e regularização da concessão e fruição de férias-prêmio pelo investigador de polícia Márcio Greikc Protes Haibib;

nº 23.805/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para reavaliar a remoção da delegada de polícia Mariana Lemos de Campos, lotada na 5ª Delegacia de Polícia Civil de Carmo do Paranaíba, para a Delegacia Regional de Araguari;

nº 23.806/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Polícia Civil pedido de providências para a revisão e atualização de valores das diárias pagas aos policiais civis;

nº 23.807/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja publicado, ainda em 2026, edital de remoção destinado aos policiais penais do último concurso;

nº 23.808/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a avaliação e o aperfeiçoamento dos critérios de designação de instrutores e monitores e de distribuição dos respectivos honorários no âmbito da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais; e seja encaminhado à Chefe da Polícia Civil pedido

de informações sobre esses critérios e pagamentos, com o envio a esta Casa de relatório contendo os esclarecimentos e dados que especifica;

nº 23.809/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados o governador do Estado, o secretário de Estado de Fazenda e a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, para debater a Resolução Cofin nº 1, de 23/10/2026, no que concerne à não extensão do novo piso da parcela variável da ajuda de custo para alimentação aos profissionais da segurança pública;

nº 23.816/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os delegados de polícia e policiais civis que especifica pela atuação investigativa que resultou na localização do corpo de uma jovem de 27 anos e na prisão de dois indiciados pelos crimes de homicídio e ocultação de cadáver, no Município de Jaboticatubas;

nº 23.824/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil e ao governador do Estado pedido de providências para a destinação de viatura policial descaracterizada à delegacia da Polícia Civil no Município de Santa Rita de Caldas;

nº 23.825/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar e ao governador do Estado pedido de providências para que sejam destinados 15 computadores completos, equipados com monitores e outros periféricos, e 4 aparelhos de ar condicionado à companhia de Polícia Militar no Município de Machado;

nº 23.826/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para que seja avaliada a manutenção de mecanismos de controle individualizado da carga horária dos militares submetidos à escala operacional de 24x72, com registro das horas efetivamente trabalhadas e compensação periódica dos saldos, observadas as necessidades do serviço;

nº 23.827/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a urgente regulamentação do § 5º do art. 7º da Lei nº 17.949, de 22/12/2008, que autoriza o beneficiário de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais a ceder a outro militar os direitos sobre o respectivo contrato.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Christiano Xavier – Zé Guilherme.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/11/2026

Às 13h53min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira e Marli Ribeiro e o deputado Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Luizinho. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofício nº 937/2026 Sedese/GAB, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 22.383/2026, da deputada Ana Paula Siqueira (19/8/2026); ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.016/2023, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (16/9/2026); ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.625/2026, da Comissão de

Defesa dos Direitos da Mulher (19/8/2026); ofício nº 43/2025 – PGJMG/BHPJ/BH07PJ/BH07PJ1T/BH07PJ1T-CPJ/BH07PJ1T-SEC, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 15.126/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (6/3/2026); ofício da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.538/2026, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (3/9/2026); ofício SEI nº 82055/2026/MTE, do Ministério do Trabalho e Emprego, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 23.265/2026, da deputada Ana Paula Siqueira (30/10/2026). A presidência comunica, ainda, que foi encaminhado à Mesa da Assembleia relatório da reunião realizada em 18/6/2026, com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, relativa ao 1º ciclo de 2026 da Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, e informa que o documento estará disponível no portal da ALMG. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer que opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.614/2025, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Roberto Andrade). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 23.696/2026, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja realizada audiência pública para debater o compromisso de transformar conhecimento jurídico em instrumento de conscientização, prevenção e enfrentamento da violência de gênero, por ocasião do lançamento do livro *Entre o silêncio e a justiça: violência contra a mulher e os caminhos jurídicos de enfrentamento*", de Daniela Costa Soares Mattar;

nº 23.718/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Adriana Fátima de Araújo por seu brilhantismo no jornalismo e sua atuação firme e intransigente na defesa dos direitos das mulheres;

nº 23.836/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o crescente número de casos de violência política de gênero nas eleições de 2026 e a necessária regulamentação da Lei nº 24.466, de 26/9/2023, que institui a política de enfrentamento à violência política contra a mulher no Estado;

nº 23.837/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a prevenção e o enfrentamento do assédio moral e sexual no mundo do trabalho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2026.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/11/2026

Às 14h21min, comparecem à reunião a deputada Carol Caram (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BAM) e os deputados Carlos Henrique e Enes Cândido (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 188/2022 e 43/2024 e dos Projetos de Lei nºs 356/2023, 2.303 e 2.705/2024, 3.565, 3.830, 3.980 e 4.172/2025 e 5.417 e 5.647/2026 (relator: deputado Carlos Henrique).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2026.

Marquinho Lemos, presidente – Tito Torres – Zé Laviola.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/11/2026

Às 15h8min, comparecem à reunião os deputados Coronel Henrique, Grego da Fundação e Bruno Engler (substituindo a deputada Amanda Teixeira Dias, por indicação da liderança do PL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: um ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (19/8/2026); e dois ofícios do Ministério Público de Minas Gerais (16/9/2026 e 30/10/2026). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.901/2024, no 2º turno, e 5.669/2026, em turno único (deputado Coronel Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.830/2025 e 5.714/2026 (relator: deputado Coronel Henrique) e 5.866/2026 (relator: deputado Bosco), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 19.314, 19.364 e 19.556/2026. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.224 e 5.478/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 23.838/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe de futebol feminino do Cruzeiro Esporte Clube pela conquista inédita da Conmebol Libertadores da América Feminina, em 31/10/2026, em Sangolquí, no Equador;

nº 23.839/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com Alberto Rodrigues, Mário Viggiano, Paulo Cruz, Artur Rodrigues e Luciano Rodrigues pelo lançamento da obra biográfica *Bola em jogo, alegria do povo: narrações de uma vida vibrante*; e com Daniel Veloso e Mário Fabiano pelo documentário *Vibrante: A História de Alberto Rodrigues*, com estreia prevista para março de 2027;

nº 23.840/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega dos diplomas referentes ao voto de congratulações com a Equipe de Futebol Feminino do Cruzeiro Esporte Clube pela conquista da Libertadores Feminina; e

nº 23.841/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega dos diplomas referentes ao voto de congratulações de que trata o Requerimento em Comissão nº 23.839/2026.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2026.

Coronel Henrique, presidente.

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/11/2026

Às 10h9min, comparece à reunião o deputado Lucas Lasmar (substituindo a deputada Bella Gonçalves, por indicação da liderança do BDL), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Lucas Lasmar, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual dá por aprovada e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o processo de municipalização das unidades assistenciais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e os impactos sobre as garantias dos direitos humanos de seus usuários decorrentes da transferência de sua gestão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Gilzelene Mariano Pigozzo, servidora da Casa de Saúde Santa Fé, em Três Corações; Fabricia Lima, técnica de enfermagem da Casa de Saúde Padre Damião, em Ubá; Flávia Elias Pedrosa Lima, representante do Movimento Somos Todos Colônia; Patrícia Albergaria Iamin Curi, vice-presidente da Fhemig, representando a presidente; Patrícia Haile Hilário, assessora especial de Parcerias da Fhemig, representando o secretário de Estado de Saúde; Jaqueline Geralda Figueiredo, enfermeira em Bambuí; e dos Srs. Sebastião Camilo de Souza, usuário do Sistema Único de Saúde e representante da população tricordiana; José Nascimento da Silva, morador de Ubá; Denilson Barbosa Lopes, morador de Ubá; Sebastião José Manoel, conselheiro de Saúde de Ubá; Vandecir da Costa, técnico de enfermagem da Casa de Saúde Padre Damião; Carlos Augusto dos Passos Martins, presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Auxiliares de Apoio da Saúde, Técnicos Operacionais da Saúde e Analistas de Gestão e Assistência à Saúde. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2026.

Bella Gonçalves, presidente – Betão – Ricardo Campos.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/11/2026

Às 14h15min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Zé Guilherme (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* recebidos pelo Portal Fale com as Comissões dos Srs. Leandro Henrique e Alexandre Roberto Ferreira Moreira, encaminhando denúncias à comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 19.887, 19.889 e 19.937/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 23.849/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares e civis que menciona pela atuação na operação conjunta realizada em 30/10/2026, no Município de Capitólio, que resultou no cumprimento de mandado de busca e apreensão e na prisão de um homem de 47 anos indiciado por crimes ambientais, crimes contra a administração pública, esbulho possessório mediante grave ameaça e parcelamento irregular do solo;

nº 23.940/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater as denúncias de assédio moral, perseguição funcional, tratamento desrespeitoso e possíveis abusos de autoridade, bem como as precárias condições de trabalho e segurança enfrentadas pelos policiais penais lotados no Presídio de Pirapora.

Em seguida, a presidência avoca a relatoria e considera aprovado o relatório de visita ao Município de Juiz de Fora e aos municípios vizinhos, realizada em 5/3/2026. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada hoje, às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente – Bruno Engler – Eduardo Azevedo.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Alê Portela, Ione Pinheiro e Macaé Evaristo e o deputado Luizinho, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 16/11/2026, às 10 horas, às Escolas Estaduais Conselheiro Afonso Pena, Nossa Senhora do Carmo, Amélia Santana Barbosa, João Paulo I e Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Município de Betim, com a finalidade de verificar os investimentos realizados em infraestrutura nas referidas escolas.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

PARECERES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.049/2022

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Agostinho Patrus, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores de Café de Capela Nova e Região, com sede no Município de Capela Nova.

Arquivado ao final da legislatura passada, o projeto foi desarquivado nesta legislatura, nos termos do art. 180-A do Regimento Interno, a requerimento do deputado Tadeu Leite, publicado no *Diário do Legislativo* em 12/6/2026.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.049/2022 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores de Café de Capela Nova e Região, com sede no Município de Capela Nova.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, fomentar e prestar assistência às famílias de produtores rurais e aos moradores da zona rural do Município de Capela Nova, apoiando suas atividades produtivas e o desenvolvimento sustentável local; estimular a realização de compras conjuntas de matérias-primas, adubos, sementes e máquinas agrícolas para obter melhores preços; desenvolver canais de comercialização dos produtos de seus associados, por meio de feiras e outros eventos; promover cursos de seminários de capacitação para melhorar a produtividade das lavouras; estimular iniciativas que beneficiem a comunidade e o meio ambiente.

Tendo em vista os propósitos da associação em prol dos produtores rurais de Capela Nova, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.049/2022, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2026.

Raul Belém, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico para Registro de Preços

Planejamento nº 344/2026

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais torna público que fará realizar em 4/12/2026, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, por meio da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para serviços de captação de áudio e vídeo por meio de unidade móvel de transmissão ao vivo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2026.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico para Registro de Preços

Planejamento nº 389/2026

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais torna público que fará realizar em 2/12/2026, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, por meio da internet, tendo por finalidade o registro de preços para aquisição de materiais de construção.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2026.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 50/2026

Número no Siad: 9524308

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. Contratada: Licitec Tecnologia Ltda. Objeto: aquisição de equipamentos de informática, licenças e *tokens* para a estabilidade operacional e a sustentabilidade da infraestrutura de tecnologia da informação da ALMG. Vigência: seis meses contados da data da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas. Licitação: pregão eletrônico. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.4.4.90.10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 167/2026

Número no Siad: 9447123-3

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. Objeto do contrato: aquisição de café. Objeto do aditamento: segunda prorrogação de vigência e alteração quantitativa do objeto, com previsão de reajuste de preços. Vigência: 9/1/2027 a 8/1/2028. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

ERRATAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 141/2026

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/11/2026, na pág. 116, no fecho, após o local e a data, acrescente-se o seguinte:

"Mesa da Assembleia"

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 142/2026

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/11/2026, na pág. 116, no fecho, após o local e a data, acrescente-se o seguinte:

"Mesa da Assembleia".